

INTERLOCUÇÕES ENTRE SABERES: RECONSTRUÇÃO DO PROGRAMA DE EXTENSÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA

*INTERLOCUTIONS ABOUT KNOWLEDGE:
RECONSTRUCTION OF THE EXTENSION PROGRAM IN PANDEMIC TIMES*

Glória Maria Ferreira Ribeiro - Professora titular do Departamento de Filosofia e Métodos da Universidade Federal de São João del-Rei. Possui doutorado e pós-doutorado em Filosofia Contemporânea pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: gloriaribeiro@ufsj.edu.br

Greíciele Andrade Carvalho dos Santos - Discente do curso de Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei. Voluntária do Programa de Extensão Centro de Referência da Cultura Popular - Pensando o museu e seus territórios – 7º ano de continuidade. E-mail: greicieleandrade79@gmail.com

Jhonatan Relher - Discente do curso de Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei. Voluntário do Programa de Extensão Centro de Referência da Cultura Popular - Pensando o museu e seus territórios – 7º ano de continuidade. E-mail: jhonatan.relher@gmail.com

Lara Maia Mendonça - Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de São João del-Rei. Graduação em andamento em Filosofia (grau licenciatura) pela Universidade Federal de São João del-Rei. Mestrado acadêmico em andamento no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade (PIPAUS) pela Universidade Federal de São João del-Rei. Áreas de atuação: Projetos arquitetônicos, planejamento urbano, intervenção e gestão do patrimônio cultural, ensino e pesquisa. Bolsista do Programa de Extensão Centro de Referência da Cultura Popular - Pensando o museu e seus territórios – 7º ano de continuidade (PROEX - UFSJ). E-mail: lara_mmendonca@yahoo.com.br

Maria Emília Ferreira Machado - Discente do curso de Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei. Bolsista do programa de extensão Centro de Referência da Cultura Popular - Pensando o museu e seus territórios – 7º ano de continuidade (PROEX - UFSJ). E-mail: mariaemiliamachado11@gmail.com

Ryan Gabriel Alencar Costa - Discente do curso de Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei. Voluntário do Programa de Extensão Centro de Referência da Cultura Popular - Pensando o museu e seus territórios – 7º ano de continuidade. E-mail: ryan_gabriel@live.com

RESUMO

O presente artigo objetiva analisar os desafios impostos pela pandemia instaurada pela COVID-19 e os impactos decorrentes das medidas sanitárias de isolamento social sobre as atividades do Programa de Extensão Centro de Referência da Cultura Popular Max Justo Guedes. Diante do panorama trazido por essa nova realidade, este artigo igualmente aborda as estratégias de trabalho adotadas visando a dar prosseguimento às atividades extensionistas. O programa atua há sete anos na cidade de São João del-Rei, Minas Gerais, por intermédio da Universidade Federal que carrega o nome da cidade. O Centro de Referência tem como forma de atuação oficinas temáticas, principalmente relacionadas à cultura e ao patrimônio afrodescendentes, voltadas para o público infantil e ocorridas no Fortim dos Emboabas, um casarão histórico que foi doado para a Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) e que se encontra localizado no bairro Alto das Mercês. Para uma análise crítica da atual situação, estaremos utilizando, como aporte teórico, as obras de Sigmund Freud, Hannah Arendt e Martin Heidegger, e seus respectivos estudos acerca do luto, da imprevisibilidade da ação humana e da versatilidade quanto à capacidade do ser humano de recriar-se.

Palavras-chaves: Pandemia. Extensão. Cultura. Luto. Adaptação.

ABSTRACT

The present article aims to analyze the challenges imposed by the pandemic established by COVID-19 and the impacts resulting from sanitary measures of social isolation on the activities of the Max Justo Guedes Popular Culture Reference Extension Program. In view of the outlook provoked by this new reality, this article also addresses the work strategies adopted in order to continue extension activities. The Program has been operating for seven years in the city of São João del-Rei, Minas Gerais, through the Federal University that bears the name of the city. The Reference Center has thematic workshops, mainly related to afro-descendant culture and heritage, aimed at children and held at Fortim dos Emboabas, a historic baroque edification that was donated to the Federal University of São João del-Rei (UFSJ) and located in the neighborhood called Alto das Mercês. For a critical analysis of the current situation, we will be using, as a theoretical contribution, the works of Sigmund Freud, Hannah Arendt and Martin Heidegger, and their respective studies on mourning, the unpredictability of human action and the versatility regarding the human being's ability to recreate itself.

Keywords: Pandemic. Extension. Culture. Mourning. Adaptation.

INTRODUÇÃO

A extensão universitária é um dos pilares da universidade, que busca a interação entre ensino, pesquisa e extensão. A extensão universitária prioriza, majoritariamente, o contato direto entre estudantes e comunidade para execução de atividades educacionais, culturais, científicas e políticas (FÓRUM DE PRÓ-REITORES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR UNIVERSITÁRIA, 2012). Nesse sentido, o Programa de Extensão Centro de Referência da Cultura Popular Max Justo Guedes, pertencente à UFSJ, atua há sete de anos sob a coordenação da professora Doutora Glória Maria Ferreira Ribeiro, docente do Departamento de Filosofia e Métodos (Núcleo Museu de Vivências), e vice coordenação da professora Doutora Zandra Coelho de Miranda, docente do Departamento de Arquitetura e Artes Aplicadas (Núcleo Museu do Barro), por meio de oficinas semanais, com crianças entre seis e doze anos e, também, com jovens e adultos do bairro Alto das Mercês, na cidade de São João del-Rei.

O principal espaço utilizado para as atividades encontra-se na Rua Altamiro Flor, s/n, bairro Alto das Mercês, na cidade de São João del-Rei, e é conhecido como Fortim dos Emboabas. Esse imóvel foi doado à UFSJ pelo Almirante Max Justo Guedes no ano de 2009. Admirador da cultura local em todas as suas potencialidades, ele documentou em carta seu desejo de que o casarão fosse usado para o ensino de ofícios para os moradores do bairro e, também, para exposição dos acervos cerâmicos e de arte popular que foram doados juntamente com o imóvel.

As atividades do Museu de Vivências têm por objetivo a preservação do patrimônio imaterial e baseia-se em atividades que promovam a inclusão social mediante a cultura presente no bairro. Por outro lado, o Museu do Barro visa, através do ensino da arte e da cultura, a promover a geração de empregos para jovens e adultos do bairro – as suas atividades incluem oficinas de cerâmica, que utilizam como referência o acervo cerâmico, o qual integra os bens que foram doados junto com o casarão. Assim, o presente artigo incide sobre os problemas enfrentados, diante do novo panorama trazido pela pandemia, pelo Núcleo do Museu de Vivências do Programa.

No início do ano de 2020, a equipe do Centro de Referência da Cultura Popular já se organizava previamente quanto às oficinas que seriam realizadas durante o ano. No entanto, a

epidemia da COVID-19, que pertence a um conjunto de vírus com características semelhantes àqueles encontrados em animais, alterou por completo os cenários mundial e acadêmico. Em nossa Universidade, as atividades presenciais foram suspensas no dia 18 de março. O vírus se manifestou, primeiramente, no leste asiático, no final de 2019, vindo, posteriormente, a se disseminar mundialmente. Essa pandemia é a pior dos tempos – comparável à Gripe Espanhola e à Peste Negra. Em virtude deste quadro mundial, o cotidiano humano e as relações interpessoais tiveram que ser repensados – em nosso caso específico, as atividades do nosso programa foram repensadas e adaptadas no sentido de mudanças estruturais e, principalmente, metodológicas.

Durante os anos de atuação do nosso programa, estabeleceram-se, notadamente no Núcleo Museu de Vivências, vínculos entre os bolsistas, voluntários e crianças participantes das oficinas, os quais se traduziram no próprio espaço do casarão. Manter esses vínculos com a comunidade atendida é um dos maiores desafios que já enfrentamos. Repensar as atividades e pensar como nos mantermos próximos por causa da distância imposta pelo quadro de saúde sanitária que teve que ser adotado não são tarefas das mais fáceis. Todavia, contudo, esta estranha realidade nos faz pensar o que de fato é um Programa de Extensão. Nesta tentativa de reflexão sobre a nossa prática extensionista, lançamos mão de autores, como Freud, Arendt e Heidegger, para contextualizar, ainda que de forma breve, conceitos, como os de luto, espanto (*thaumazein*), imprevisibilidade da ação e de ser-no-mundo, no intuito de enfrentar os desafios trazidos pela pandemia e as possibilidades vividas neste período atípico.

PATRIMÔNIO MATERIAL E CULTURA: TERRENO FÉRTIL PARA A PROMOÇÃO DA CIDADANIA

O principal local para a realização das atividades, o Fortim dos Emboabas, é um casarão do século XVIII, que possui proteção estadual e municipal, e representa uma das obras constituintes do período barroco em São João del-Rei. Seu tombamento é por área (está dentro da área de proteção paisagística) e por conjunto arquitetônico (edificação, muros e jardim), por isso possui o título de Patrimônio Material de São João del-Rei e Minas Gerais. Além de ser o espaço onde, durante todos estes anos, temos desenvolvido o Programa Centro de Referência da Cultura Popular, ele, igualmente, se faz objeto de estudo do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade, como também abriga programas de extensão dos cursos de Psicologia, Teatro e Artes Aplicadas. O Fortim tornou-se um espaço de acolhimento ao proporcionar às crianças e voluntários do programa um sentimento de pertença ao território, possibilitando, dessa forma, a manutenção da cultura, da identidade e do lazer da comunidade – que gravita em torno dessa edificação. É nesse contexto que Fraya Frehse (2017) considera que a materialidade física do espaço não é em si portadora de memória, mas é um “local de pertencimento”, onde identidades locais fazem do espaço um lugar na cidade, moldado por definições de tradição pautadas em demografia, ruas, festas, paisagens, cores etc. Ou seja, embora o espaço físico não carregue em si memória, ele contribui na maneira como esta é formada.

Nesse aspecto, o patrimônio cultural é visto não só como memória estática, mas também como forma de participação cidadã, que fortalece a sociedade como um todo (HATUKA, 2017). Os grupos sociais não dão, necessariamente, o título de Patrimônio às coisas que os circundam e às atividades que praticam (esses títulos são dados por instituições especializadas, que visam à proteção dos bens culturais). Mas, esses grupos atribuem um valor simbólico a essas coisas (edificações e seus bens integrados, e bens móveis e imóveis) e às suas práticas (ligadas aos seus saberes e fazeres e, também, às suas práticas religiosas), fazendo com que estes bens

– materiais e imateriais – se diferenciem das demais práticas e bens com os quais lidam, permitindo sua transmissão para as próximas gerações (SOUZA; CRIPPA, 2009).

As pessoas dão sentido aos espaços que as rodeiam, e isso os transformam em lugares únicos e dotados de significados. Desse modo, a característica de cada lugar se deve à valorização da sua dimensão mais intangível e imaterial – o que revela o seu significado e dá a continuidade histórica, sendo extremamente importante na construção do sentimento “de pertença” ou “de ligação” (SOUZA; CRIPPA, 2009). Para Graças Índia Cordeiro (2017), a melhor forma de compreender o significado cultural de cada espaço urbano é pelo ponto de vista daqueles que o utilizam, numa perspectiva etnográfica centrada em atores e lugares concretos, com a devida contextualização social e histórica. Nessa perspectiva, o nosso programa prioriza os interesses e demandas das crianças participantes, dando voz e autonomia a elas, possibilitando, assim, maior protagonismo nas atividades desenvolvidas.

Metodologicamente, pensar as cidades a partir dos lugares concretos nos leva a considerar a localidade urbana como uma ferramenta para a observação da vida cotidiana, respeitando as dinâmicas espaço-temporais particulares de cada caso. Uma abordagem simultaneamente etnográfica e histórica dos lugares urbanos permite incorporar a flexibilidade das fronteiras identitárias que os singularizam (CORDEIRO, 2017). Aprender a cultura a partir de uma dimensão referencial ilustra a transição do conceito Patrimônio Histórico e Artístico para Patrimônio Cultural, que enfatiza não só a produção material, mas também sentidos e valores atribuídos pelos diferentes grupos às suas próprias práticas. O Patrimônio Fortim dos Emboabas, a partir dessa perspectiva, é um Patrimônio Cultural, integrando o espaço físico e a vida cultural ali realizada.

O bairro Alto das Mercês, localizado na parte alta da cidade, é um dos núcleos mais antigos do município. Sua ocupação se deu em função da exploração do ouro no século XVIII e seguiu com o assentamento das famílias descendentes dos povos escravizados. É um território de conflito e de resistência à exclusão social – a maioria das famílias que integram o bairro possui renda inferior se comparada à das famílias que integram o centro da cidade – do qual o bairro Alto das Mercês é contíguo. Em relação ao zoneamento urbano, o bairro encontra-se na zona denominada “zona de proteção paisagística”, que compõe o conjunto de patrimônio-paisagem de São João del-Rei. Por isso, o bairro possui elevado valor cultural e histórico. Desse modo, a única maneira de trabalhar o sentimento de pertencimento do Casarão Fortim Max Justo Guedes é proporcionar que a cultura se integre com a edificação de maneira que haja vivências no espaço, em plena junção da materialidade com a potencialidade inerente às manifestações imateriais.

Seguindo essa linha de raciocínio, o Fortim dos Emboabas configura, para a comunidade local, bem como para as crianças participantes das oficinas, um espaço de pertencimento à medida que se reconhecem como construtores da identidade e da história local. Posta a integração do Fortim ao conceito de Museu de Território, o qual consiste na ideia de abarcar a prática cultural a serviço da comunidade em busca de sua preservação, ratifica-se a importância do local físico para a identificação com os objetivos das oficinas propostas pelo programa e que, no momento, passa por uma ruptura devido ao cenário de pandemia (OLIVEIRA, 2015).

LUTOS E LUTAS EM TEMPOS DE PANDEMIA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Geralmente, o ano letivo inicia, para nós extensionistas, com as reuniões de planejamento das atividades extensionistas e a retomada das parcerias previamente estabelecidas. Há ênfase nos procedimentos de cunho burocrático, que visam a acordar os horários das atividades e

quem serão os atores dessas atividades. Com base nisso, as oficinas a serem ofertadas são previamente elaboradas, pois é fundamental ter em vista as idades das crianças para conceber o momento do desenvolvimento humano em que se encontram. Além disso, é necessário levar em conta o contexto sociocultural do qual as crianças fazem parte, haja visto que a cultura é o elemento norteador das nossas atividades visando à inclusão e à integração social.

Por outro lado, como estamos sempre sujeitos às interferências internas e externas que podem mudar os rumos tomados na extensão, é imprescindível levar em consideração o acaso. Para o desenvolvimento das atividades, é essencial que as crianças sejam consultadas se estão ou não de acordo com as oficinas que serão ofertadas (geralmente, a proposição das atividades se baseia em demandas trazidas pelas crianças ou por outros agentes que atuam nas oficinas, como, por exemplo, professores e pais) ou observadas durante o desenvolvimento das atividades propriamente ditas. Neste ano de 2020, como já colocado, a pandemia da COVID-19 tem impactado de modo profundo as nossas atividades, fazendo-nos repensar o que somos e o que podemos.

Neste cenário atual, sabe-se que as mudanças provocadas pelo isolamento ou distanciamento social, decretados pela Organização Mundial da Saúde (OMS), atreladas a perdas coletivas, lançando-nos em um estado de insegurança em relação às nossas próprias vidas, e, também, a inconstância dos possíveis desdobramentos que estão por vir, tudo isso nos impele diretamente ao que psiquicamente podemos caracterizar como estado de luto. Isso porque já não temos mais a presença física das crianças e tampouco a do Fortim (do espaço físico). O casarão faz parte do imaginário das crianças e comumente era retratado como um lugar especial e mágico, comparado por algumas crianças com o “paraíso”. Entretanto, diante do cenário sanitário que se inscreveu em nosso país e no mundo, esta realidade se apartou transformando-se num momento histórico, no qual a manutenção da vida depende da distância física entre os indivíduos, impossibilitando, conseqüentemente, os encontros presenciais no casarão.

Aqui, vale salientar que, no contexto abordado no presente artigo, o fenômeno do luto instaura-se em diversos âmbitos, tais como: a perda do espaço do Fortim para as crianças, bolsista e voluntário; a perda de contato físico e troca de afetos que aconteciam durante as oficinas (possibilitando o estreitamento de laços entre a Universidade e a comunidade); a precariedade no acesso à internet para a manutenção da comunicação entre os integrantes e participantes do programa; e a falta de acesso aos professores e às crianças participantes do projeto.

Neste ínterim, sabe-se que, diante de tantos desafios, cabe a cada sujeito elaborar e criar formas de se haver com aquilo que está posto. Novos projetos e novas simbolizações são essenciais para a continuidade das atividades ainda que de forma remota. Contudo, como aponta Freud (1917/1996), o trabalho de luto se trata muito mais da autorização do eu para aprender com o sofrimento e se transformar com a dor, bem como se permitir continuar desenvolvendo e lançando-se a novos desafios e possibilidades.

Para a Psicanálise, o trabalho psíquico que se faz com o luto é uma tarefa lenta e dolorosa para o sujeito que sofre e é único para cada pessoa de acordo com sua história de vida e seus recursos anteriores para lidar com perdas. Nessa perspectiva, a perda causa um trauma psíquico, que, para Jorge (2007, 2017), consiste naquilo que o sujeito não consegue simbolizar, abrindo espaço para o encontro com o não sentido. Assim, Freud (1917/1996), em *Luto e melancolia*, apresenta-nos que, diante da perda de um objeto amado, o sujeito necessita passar pelo processo de elaboração dessa perda, que concerne em um período de luto. Nesse processo, o sujeito, que antes investia sua libido no objeto, progressivamente, precisa desinvesti-la e canalizá-la para outros objetos. Esse desinvestimento possibilita a recuperação de partes de si que foram projetadas no outro.

Porém, Campos (2013, p. 16) afirma que não se trata de um processo simples, pois envolve mais do que uma substituição de objeto, visto que diz respeito a “elaborar as fantasias conscientes e inconscientes que são ativadas com a perda do objeto. O processo de luto é, portanto, um redimensionamento das fantasias e defesas do psiquismo, em busca de um novo equilíbrio de forças”. Dessa forma, Quintela (2012, p. 91) assegura que “o luto é dor estruturante à medida que move um trabalho de ligação e integração daquilo que irrompe no aparelho psíquico e fica momentaneamente sem metaforização”. Vale ressaltar, então, que o luto não deve ser visto como algo ruim, como os manuais psiquiátricos apresentam na atualidade, mas como um processo estruturante e necessário para a dinâmica psíquica.

Na atuação do nosso programa de extensão, os vínculos estabelecidos entre crianças, voluntários, espaço físico e produção resultante das oficinas tinham como norte a cultura e o patrimônio. Por meio da cultura, as vivências individuais eram ressignificadas e passavam a ter importância no que tange à coletividade. No entanto, por intermédio das atividades praticadas por meios digitais, faz-se necessário promover um rearranjo das relações de modo que não se perca o interesse inicial das crianças pelo programa, ao mesmo tempo em que a essência das atividades propostas seja mantida. É primordial, para a manutenção das atividades do programa, a utilização dos meios virtuais, o que implica a ampliação do público atingido e a ressignificação do nosso lugar (como bolsista, voluntário e/ou coordenador).

POTENCIALIDADES DE UM NOVO COMEÇO

Esta pandemia nos tomou de espanto: espanto diante da fragilidade da vida que se mantém em constante tensão com a morte; espanto diante da insegurança das políticas públicas relativas à saúde pública. Porém, esse espanto (*thaumazein*) nos conduz à reflexão sobre o que somos; ou melhor, à reflexão sobre o próprio ser enquanto tal. O espanto é um “assombro mudo”, como retrata Arendt (2007, p. 313), que consiste na “contemplação diante do milagre do Ser”. Esse espanto faz com que o que era familiar e próximo se torne estranho, impondo uma distância, uma ruptura com o cotidiano. Nesse distanciamento, é nos dado compreender a própria condição disso que nos faz humanos, tornando-nos próximos dessa condição.

Recorrendo ao entendimento arendtiano acerca da ação humana, conceito desenvolvido em sua obra *A condição humana*, a saber:

agir, no sentido mais geral do termo, significa tomar iniciativa, iniciar (como o indica a palavra grega *archein*, ‘começar’, ‘ser o primeiro’ e, em alguns casos, ‘governar’), imprimir movimento a alguma coisa (que é o significado original do termo latino *agere*) (ARENDR, 2007, p. 190).

Ao resgatar tal definição, a autora confere à ação um aspecto novo, evidenciando o caráter contingente da ação, isto é, o caráter de novidade que é imprevisível e imensurável. Nas palavras de Arendt:

é da natureza do início que se começa algo novo, algo que não pode ser previsto a partir de coisa alguma que tenha ocorrido antes. Este cunho de surpreendente imprevisibilidade é inerente a todo início e a toda origem. [...] O novo sempre acontece à revelia da esmagadora força das leis estatísticas e de sua probabilidade que, para fins práticos e cotidianos, equivale à certeza [...]. O fato de que o homem é capaz de agir significa que se pode esperar dele o inesperado, que ele é capaz de realizar o infinitamente improvável (2007 p. 190).

Sob à luz dessa concepção, percebemos aqui que as ações dos sujeitos extensionistas, no momento hodierno, se encontram na dinâmica da imprevisibilidade concebida por Arendt (2007). Elas estão postas em duas vertentes. A primeira delas segue a ordem das direções,

as quais serão tomadas mediante a situação político-social brasileira, que conta com muitas incertezas ainda na área da saúde. A segunda, que aqui detém grande importância, diz respeito à transposição das atividades para outros meios, cujos resultados não são claramente previstos. Consoante a isso cabe o pensamento arendtiano de que “a ideia de só aquilo que vou fazer será real [...] é sempre derrotado pelo curso real dos acontecimentos, no qual nada acontece com mais frequência que o total inesperado” (ARENDR, 2007, p. 313). A colocação ante o inesperado faz com que sejam repensadas todas as atividades e métodos abordados, ao passo que se adequem à forma como as ações tendem a ocorrer quando a proximidade física é improvável.

A maneira que se encontra para suprir a falta decorrente da ausência do contato físico e construir possibilidades de superação do luto pelas perdas sofridas é a utilização dos meios digitais como forma de manutenção das ações extensionistas. Atualmente, as mídias digitais se mostram extremamente eficazes para a comunicação entre diferentes públicos de tal modo que é possível se pensar em uma “sociedade em rede”, como definida pelo sociólogo espanhol Manuel Castells (2015, p. 70) ao afirmar que “é uma sociedade cuja estrutura social é construída em torno de redes ativadas por tecnologias de comunicação e de informação processadas digitalmente e baseadas na microeletrônica”. Compreende-se, assim, o espaço digital como uma esfera real da experiência humana em que há a possibilidade de troca de experiências e informações. Segundo Pierry Lévy (2000, p. 116), “É, provavelmente, a instituição humana, o meio de comunicação em formação, o espaço de comunicação mais transversal e mais aberto criado até hoje. Aquele que maximiza todas as possibilidades de cooperação competitivas”.

Dessa maneira, torna-se possível um novo começo, que é a característica primária de toda ação, a partir da qual podemos recorrer a um novo e espontâneo processo (ARENDR, 2007, p. 243), que permite aos agentes atuar com liberdade desde aquilo que fundamenta o programa de extensão – em relação aos seus objetivos já citados –, transpondo espaços e agindo sobre o desígnio de alcançar resultados que não são previsíveis. Nesse contexto, isso se dá através dos canais de comunicação, que permitem o acontecimento do diálogo entre públicos distintos em uma crescente relação intersubjetiva. Essas ações, por outro ângulo, não se situam apenas como uma atividade produtiva em que o seu fenômeno significativo é exclusivamente voltado aos resultados, mas se valoriza o processo como tal: sua construção no formato de oficinas, sua execução e, por fim, os seus resultados.

Pensar neste movimento de mudança do espaço físico para o ciberespaço traz à tona a problemática de construir novas possibilidades, que mantenham a pauta de atividades originária do programa, independentemente do lugar onde ela ocorra; ou seja, adaptar às novas formas de realizar as oficinas, de estabelecer diálogos com a comunidade e de se comunicar com os possíveis novos públicos que surgem a partir das redes sociais. Mantendo-se a ideia de criar um Museu de Território, museu que vai onde a população está – iremos à busca deste ciberespaço, que, hoje, se mostra como o espaço principal de interação social.

Os meios encontrados para interagir nesse espaço são as oficinas *online* e as *lives*. Embora o fator da imaterialidade do corpo que norteia esse tipo de comunicação surja como funcionalidade simbólica na ocorrência de oficinas *online*, não se anula a condição em que ser e aparecer coincidem (ARENDR, 2009, p. 35). Em outras palavras, mesmo que não exista a presença corpórea durante as atividades, elas ainda podem ocorrer e aparecer com toda sua demonstração de significado, pois os seres se revelam nas gravações por meio de suas ações e diálogos, de modo que sejam sujeitos e objetos – percebendo e sendo percebidos – ao mesmo tempo (ARENDR, 2009, p. 36).

Por esse viés, as ações acontecem sob dois eixos principais. O primeiro visa à gravação das oficinas, edição e postagem, em que se utiliza do *Instagram* e do *Facebook*. Em seguida, há o compartilhamento dos resultados – como, por exemplo, as oficinas de fantoches, em que os responsáveis das crianças postam fotos dos seus produtos finais e o programa de extensão compartilha por meio das redes citadas. O segundo consiste em *lives* que debatem assuntos relativos às vivências humanas seguindo os objetivos do programa e proporcionando uma troca de conhecimento direta, devido, principalmente, ao elemento da comunicação simultânea presente no ciberespaço.

Tais alterações no modo de realização das oficinas também refletem as lentes desde as quais o indivíduo humano é concebido e entendido. Pois, a realidade diante da COVID-19, ao realizar tal movimento de nos colocar frente a frente com o imprevisível, lembrou-nos, de maneira drástica, que o ente humano não é algo pronto e dado no mundo, porque até mesmo a mais metódica e constante rotina teve de se adequar à nova realidade proposta pela crise sanitária ocasionada por essa doença. A saída encontrada pelo Núcleo Museu de Vivências, as vias cibernéticas em sua maioria, demonstra a capacidade do humano de se refazer em virtude das possibilidades que lhe são apresentadas. Essa capacidade é de interesse em tempos como estes, visto que a realização de oficinas presenciais, dentro desta pandemia, seria algo completamente inviável.

Com tais interesses em mente, pode-se resgatar, da filosofia fenomenológica de Martin Heidegger, noções fundamentais para uma orientação de como e em que medida é possível transformar a prática oficineira sem que se perca a “essência” dessa ação. A escolha desse pensador se dá, pois, para ele, o ente humano é um ente aberto para suas possibilidades e possui a capacidade de se apropriar delas, interpretá-las. O existente humano não está feito, mas se encontra sempre por fazer.

Ora, isso é possível dentro da filosofia proposta por Heidegger por ocorrer uma negação da antiga dualidade “essência” e “existência”. Para o filósofo alemão, a essência não é algo por trás da existência, mas “Essência é a própria dinâmica de algo fazer-se ou tornar-se algo [...]” (FOGEL, 2017, p. 20).

É existindo que algo vem a ser o que é. O entendimento do ente humano em uma estrutura ôntico-ontológica permite estarmos sempre abertos para nossas possibilidades de ser e, também, assumirmos (ou nos fecharmos em) uma definição, existindo como isso ou aquilo. E esse exercício de apropriação de possibilidades se dá pelo fato de que o homem, na concepção heideggeriana, possui o vigor de sempre se encontrar lançado no mundo – e “mundo”, nesse caso, é lido não como local geográfico, mas como pura possibilidade (de ser com os outros, junto às coisas e em função de si mesmo) –, de forma que esse ser está sempre travando relações com essas possibilidades em que foi lançado. O homem, esse ser-no-mundo, pode sempre se atualizar nessa ou naquela possibilidade de ser, estando sempre a se realizar, mesmo sem saber (conscientemente) o que está a ser realizado e nem sabendo o porquê de tal realização; estando sempre em um modo porvindouro (HEIDEGGER, 2005b, p. 119-120).

Estando, então, em constante relação com o mundo, o homem encontra-se na abertura do ser (HEIDEGGER, 2005a, p. 198), a qual o libera para suas possibilidades e permite efetivar o exercício “apropriação” destas; ou seja, projeta seu ser “para a função e para a significância (mundo)” (HEIDEGGER, 2005a, p. 203). E este ato de “apropriação” o filósofo chamará de interpretação, uma vez que, como em um trabalho hermenêutico, a compreensão das possibilidades nos direciona a uma interpretação destas como isso ou como aquilo. Essa apropriação nada mais é do que a compreensão se apropriando daquilo que compreendeu (HEIDEGGER, 2005a, p. 204).

Portanto, neste momento, quando esta capacidade de articulação interpretativa do ente humano está posta à prova, o planejamento e a prática de oficinas também se encontram dependentes de uma reinvenção. E o que é possível fazer então? Ora, pode-se fazer o que já sempre foi capaz de se fazer: lançar mão desta relação com o mundo (possibilidades) de tal forma que nossa compreensão (abertura de mundo) dê suporte para nossa interpretação (apropriação). É essa capacidade, por sua vez, que nos possibilitou a compreensão do mundo digital como um espaço para a realização de nossas oficinas, sem o medo de que certa “essência” fosse perdida, mas com a noção de que uma oficina se dá muito mais devido a uma prática, uma relação e um convívio do que por delimitações de horários, espaços e material disponível.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, fica notória a condição imposta aos acontecimentos das atividades extensionistas e demais atividades acadêmicas: o fator do imprevisível que ocorre desde o início da pandemia. Primeiramente, foram postas em questão as formas como eram trabalhadas as noções de patrimônios material, imaterial e cultura, bem como os métodos que eram utilizados para o seu acontecimento. Com o intuito de pensar este período da existência humana, lançamo-nos a uma das características da extensão pautada na possibilidade de tecer laços entre diversos saberes e abordagens acadêmicas, caráter que torna viável perceber o trabalho desempenhado pelo Centro de Referências da Cultura Popular, por intermédio do Núcleo Museu de Vivências, por diversas perspectivas que contribuem para a sua fundamentação em um momento atípico.

Diante da relativa perda do espaço físico das atividades do programa, reconhecer a dimensão de entender o luto em todas suas características e fases faz com que haja a possibilidade de repensar as atividades de tal forma que possa ser elaborado um novo começo para as ações ou uma reinvenção desta relação que travamos com o mundo, em um novo espaço – mesmo com todos os desafios já existentes nele.

Assim, a mudança da metodologia do contato presencial para o contato virtual com as crianças ainda se configura como uma tentativa tendo em vista que o retorno das crianças não se efetivou integralmente. De fato, são perceptíveis as dificuldades de estabelecer vínculos com participantes que não estão fisicamente presentes, pois não se sabe ao certo quais são os contextos em que estão expostas as pessoas, às quais as oficinas se direcionam, somando-se às questões de acessibilidade digital.

Por outro lado, avalia-se positivamente a ampliação do público-alvo, uma vez que o conteúdo está disponível para acesso global, assim como o nosso contato. O trabalho *online* deve ser continuado, porém não deve substituir o trabalho *in loco*, tão importante para estabelecer e alimentar as relações entre espaço, universitários, comunidade e crianças. O trabalho em um lugar, seja pelo viés do patrimônio cultural, da sociologia ou da psicologia, demanda uma presença que, temporariamente, foi substituída por imagens e vídeos.

Ao considerar, destarte, os objetivos gerais de um programa de extensão, avultados pela interação entre Universidade e comunidade, torna-se notável a importância de que o trabalho seja continuado mesmo com as dificuldades impostas pela pandemia, ainda que através de mudanças estruturais e metodológicas. Nesse contexto, vale-nos a prevalência da ideia de que, diante do que está posto, cabe, então, reelaborar, na medida daquilo que é possível, e ressignificar a experiência extensionista.

REFERÊNCIAS

- ARENDRT, H. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- ARENDRT, H. **A vida do espírito: o pensar, o querer, o julgar**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- CAMPOS, E. B. V. Considerações sobre a morte e o luto na psicanálise. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 12, n. 1, p. 13-24, 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/revpsico/v12n1/a03.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2020.
- CASTELLS, M. **O poder da comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- CORDEIRO, Graças Índias. A cidade à escala da rua: usos e significados do passado na afirmação de 'tradições' locais urbanas. *In: Patrimônio Cultural: memórias e intervenções humanas*. São Paulo: Annablume; Núcleo de Apoio e Pesquisa de São Paulo, 2017.
- FOGEL, G. **O desaprendizado do símbolo: ou da experiência da linguagem**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.
- FÓRUM DE PRÓ-REITORES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR UNIVERSITÁRIA. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus, maio 2015. Disponível em: <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2020.
- FREHSE, Fraya. Memória e espaço. *In: Patrimônio Cultural: memórias e intervenções humanas*. São Paulo: Annablume; Núcleo de Apoio e Pesquisa de São Paulo, 2017.
- FREUD, S. (1917/1996). Luto e melancolia. *In: FREUD, S. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago. v. 14, p. 245-263.
- HATUKA, Tali. A obsessão com a memória: o que isso faz conosco e com as nossas cidades? *In: Patrimônio Cultural: memórias e intervenções humanas*. São Paulo: Annablume; Núcleo de Apoio e Pesquisa de São Paulo, 2017.
- HEIDEGGER, M. **Ser e tempo: parte I**. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2005a.
- HEIDEGGER, M. **Ser e tempo: parte II**. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2005b.
- JORGE, M. A. C. Angústia e castração. **Reverso**, Belo Horizonte, v. 29, n. 54, p. 37-42, 2007. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0102-73952007000100006&script=sci_abstractencurtador.com.br/bxERV. Acesso em: 27 jun. 2020.
- JORGE, M. A. C. **Fundamentos da psicanálise de Freud a Lacan, v. 3: a prática clínica**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.
- LÉVY, P. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. São Paulo: Loyola, 2000.
- OLIVEIRA, C. A. de. A musealização do território como estratégia de gestão do patrimônio e administração da memória. **Revista Memorare**, Tubarão, v. 2, n. 2, p. 34-51, jan./abr. 2015.
- QUINTELA, R. Considerações psicanalíticas sobre o existir no mal-estar contemporâneo. **Caderno de Psicanálise**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 27, p. 83-103, 2012. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-62952012000200005. Acesso em: 27 jun. 2020.

SOUZA, W. E. Righini; CRIPPA, Giulia. O patrimônio cultural como documento: reflexões transdisciplinares para novos horizontes na Ciência da Informação. **Revista Transinformação**, Campinas, v. 21, n. 3, p. 2017-223, set./dez., 2009.

Data de recebimento: 17/09/2020

Data de aceite para publicação: 27/10/2020